

Relatório de Contas 2016
Aon Portugal - Corretores de Seguros, SA



Relatório de Gestão

Aon Portugal – Corretores de Seguros, SA

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

AON PORTUGAL – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

EXERCÍCIO DE 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

A Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A., tem como principal atividade a corretagem de seguros e consultoria em gestão de riscos. Para além de fazer a intermediação entre clientes e companhias de seguros, dedica-se à consultoria em gestão de riscos, capital humano e à gestão da carteira de seguros dos seus clientes.

A Empresa faz parte integrante do grupo multinacional Aon, o qual é detido pela empresa-mãe – Aon Global Limited, Londres, Reino Unido.

GOVERNO SOCIETÁRIO

O capital social da sociedade de EUR 14.394.790, representado por 2.878.958 ações de valor nominal de 5 Euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo subscrito em 100% pela sociedade Aon Southern Europe y Cía, S.C..

Nos aumentos de capital social em numerário os acionistas têm o direito de preferência na proporção das ações que possuem, salvo se a Assembleia Geral, de acordo com a lei, deliberar de forma diferente.

A sociedade pode emitir obrigações nos termos das disposições legais aplicáveis e nas modalidades permitidas por lei, em conformidade com as condições que vierem a ser deliberadas pela Assembleia Geral.

A aquisição e alienação de ações e obrigações próprias poderão realizar-se nas condições e com os limites da lei.

A Assembleia Geral representa a universalidade dos acionistas e as suas deliberações, quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos da sociedade, são obrigatórias para todos os acionistas. Constituem a A.G. todos os acionistas com direito de voto. A cada cem ações corresponde um voto. A mesa da A.G., a eleger por um mandato de quatro anos, prorrogável uma ou mais vezes, é constituída por um presidente e por um secretário, os quais podem ser acionistas.

O conselho de administração, a eleger em Assembleia Geral para um mandato de quatro anos, prorrogável uma ou mais vezes, é composto por três a nove membros efetivos. A A.G. que eleger o conselho de administração designará o respetivo presidente, podendo igualmente eleger administradores suplentes até ao limite fixado por lei.

A responsabilidade de cada administrador deverá ser caucionada por alguma das formas admitidas por lei, na importância que for deliberada em assembleia geral fixando-se aquela, pelo menos, no limite



mínimo fixado por lei, exceto se a A.G. deliberar a dispensa de caução por parte dos administradores, verificado que seja o condicionalismo legal.

Compete, em geral, ao Conselho de Administração prática de todos os atos de gestão da sociedade de prossecução do respetivo objeto social, designadamente, aqueles que não caibam na competência expressamente atribuída pelos estatutos ou pela lei a outros órgão sociais.

Um Conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da sociedade num administrador-delegado ou numa comissão executiva. Esta última será formada por três membros do Conselho de Administração, escolhidos pelo próprio C.A.

O Conselho de Administração reunirá quando e onde o interesse social o exigir, uma vez convocado, por qualquer forma legalmente admitida, pelo presidente ou quaisquer outros dois administradores.

As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos administradores presentes ou representados, tendo o presidente ou quem o substitua voto de qualidade.

A sociedade fica obrigada: a) pela assinatura conjunta de dois administradores; b) pela assinatura conjunta de um administrador e de um procurador, mandatado pelo conselho de administração para a prática desse ato ou categoria de atos; c) pela assinatura de um administrador, ou de um ou mais procuradores, quando mandatados pelo conselho de administração para a prática desse ato ou categoria de atos.

A sociedade obriga-se com a assinatura de três administradores, ou somente de dois administradores, contando que um destes últimos seja o presidente do conselho de administração, nos seguintes casos: a) aquisição, alienação, oneração, arrendamento ou trespasse de quaisquer bens imóveis ou estabelecimentos; b) aquisição, alienação ou oneração de quaisquer participações da sociedade noutras sociedades; c) contração de empréstimos ou celebração de contratos de financiamento, incluindo empréstimos e financiamentos a longo prazo, internos ou externos; d) prestação de cauções e quaisquer garantias pela sociedade; e) aquisição ou alienação de carteiras de seguros.

A fiscalização da sociedade compete a um fiscal Único e a um Fiscal Único Suplente. Compete à Assembleia Geral designar os revisores oficiais de contas ou as sociedades revisores oficiais de contas que assumirão o cargo de Fiscal Único e Fiscal Único Suplente a eleger em A.G., por um mandato de três anos, prorrogável uma ou mais vezes.



ECONOMIA PORTUGUESA

Em 2016, a economia portuguesa manteve a trajetória de crescimento registada desde o final de 2013, sendo que as projeções apontam mesmo para a continuidade de um crescimento moderado para os próximos anos.

O PIB registou um aumento de 1,4%, apresentando uma desaceleração no crescimento de menos duas décimas face a 2015. O crescimento em 2016 ficou penalizado pela redução do investimento e do ligeiro abrandamento do consumo privado.

O contributo da procura interna para a variação do PIB diminuiu, situando-se em 1,5% em 2016 (2,6% em 2015).

Por sua vez, a procura externa líquida passou de um contributo de -1% em 2015 para -0,1% em 2016, em resultado da desaceleração das Importações de Bens e Serviços mais acentuada que as Exportações de Bens e Serviços.

Em 2016, verificaram-se ganhos de termos de troca inferiores ao observado no ano anterior, com o deflator das Exportações de Bens e Serviços a diminuir mais intensamente (-1,1% e -2%, em 2015 e 2016, respetivamente), enquanto o deflator das Importações de Bens e Serviços registou uma redução de -3,1%, menos acentuada que em 2015 (-4,3%).

O consumo privado apresentou, em termos reais, um crescimento de 2,3% em 2016, traduzindo-se numa ligeira desaceleração face ao ano anterior (2,6%). Este abrandamento foi comum a ambas as componentes, tendo-se verificado variações de 1,6% nas Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes em bens não duradouros e serviços e de 9,5% nas despesas em bens duradouros.

O consumo público, por seu lado, manteve o crescimento de 0,8%, igualmente registado no ano anterior.

O Investimento diminuiu 0,9% em termos reais, em 2016, após ter registado um aumento de 4,6% no ano anterior, em resultado da diminuição da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), a qual passou de uma variação de 4,5% para -0,3%, e também do comportamento da Variação de Existências, que apresentou um contributo ligeiramente negativo para a variação do PIB (contributo nulo em 2015).

Contrariamente ao registado no ano transato, a FBCF em Construção foi a componente que mais contribuiu para a redução da FBCF total em 2016.

As Exportações de Bens e Serviços em volume passaram de um crescimento de 6,1% em 2015 para 4,4% em 2016, observando-se um abrandamento nas duas componentes. Refira-se que a desaceleração das exportações de serviços em 2016 resultou da componente relativa a outros serviços, verificando-se uma aceleração na componente de turismo.

As Importações de Bens e Serviços registaram um crescimento menos intenso em 2016 (variações em volume de 8,2% e 4,4% em 2015 e 2016, respetivamente), em resultado da desaceleração das duas componentes.

Por sua vez, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base desacelerou em 2016, registando uma variação de 0,9% em termos reais (1,2% em 2015).

O VAB dos ramos das Atividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias diminuiu 1,7%, em termos reais, traduzindo-se no contributo mais negativo (-0,2 p.p.) para a variação do VAB total.

O emprego para o conjunto dos ramos de atividade registou uma variação de 1,6% em 2016, taxa 0,2 p.p. superior à verificada em 2015. Por seu lado, o emprego remunerado desacelerou em 2016,



passando de um crescimento de 2,6% em 2015 para 2,1%, no último ano. Com efeito, a taxa de desemprego volta a recuar para 11,1%, abaixo dos 12,4% registados em 2015.

A taxa de inflação em 2016 registou um incremento de 0,6%, mais 0,1 p.p. que no ano anterior.

As taxas de juro diretoras do Banco Central Europeu, apresentaram-se praticamente inalteráveis desde 2014, embora com uma ligeira descida em 2016. No final de Dezembro 2016 as taxas situavam-se em 0% para refinanciamento, 0,25% para cedência de liquidez, -0,4% para depósito e a EONIA apresentava um percentual de -0,32 (-0,11 no ano anterior).

MERCADO SEGURADOR

A produção de seguro direto, relativa à atividade seguradora em Portugal, em 2016, apresentou em termos globais uma diminuição de 14,6%, face a 2015, para a qual foi determinante o significativo decréscimo de 23,7% verificado no ramo Vida. Contudo, neste contexto, importa realçar o crescimento de 7,2% verificado nos Ramos Não Vida, para o qual contribuiu de forma significativa o acréscimo de 13,2% na modalidade de Acidentes de Trabalho.

Em termos globais, a produção de seguro direto situou-se em cerca de 10,2 mil milhões de euros (11,9 mil milhões de euros, em 2015).

O mercado segurador Português continua a refletir assim as condicionantes de um enquadramento desfavorável, com impacto no investimento e na poupança de particulares e empresas. Por outro lado, continuou-se a assistir em 2016 a uma alteração profunda da estrutura acionista das principais seguradoras a operar no Mercado Português.

Em termos de estrutura de carteira, esta apresentou uma composição diferente da observada em dezembro de 2015, com os ramos Não Vida a aumentarem o seu peso na carteira de 29,6% para 37,1%.

No ano de 2016, os custos com sinistros verificaram um decréscimo de 2,8% em resultado do decréscimo de 6% no ramo Vida e do acréscimo de 10,8% nos ramos Não Vida. Este decréscimo vem contrariar o crescimento verificado no ano anterior (8,7%).

Os custos com sinistros do conjunto dos Ramos Não Vida tem-se mantido estável, sendo a evolução global muito influenciada pelo Ramo Vida.

A produção de seguro direto do ramo Vida registou, uma vez mais, uma variação negativa, tendo sido esta superior a 1,9 mil milhões de euros. Para esta diminuição contribuíram as variações negativas verificadas em todas as modalidades com expressão material.

Saliente-se a evolução negativa dos Planos Poupança Reforma (PPR), que mantêm a tendência decrescente já verificada em 2015, os quais registaram um decréscimo de 9% face ao ano anterior. Contudo, mantêm o seu peso na estrutura do ramo Vida, representando 26,5% da produção total.

A evolução do custo com sinistros no ramo Vida é determinada pelo comportamento dos resgates, que apresentaram uma diminuição de 4,5%, tendo representado cerca de 54% dos custos com sinistros do período em análise (53% em dezembro de 2015).

A taxa de resgate, medida em função do valor das provisões e passivos financeiros dos produtos resgatáveis, foi de 12,9%, valor semelhante ao verificado em dezembro de 2015 (13%).

A produção dos ramos Não Vida ultrapassou 3,7 mil milhões de euros, mais cerca de 255 milhões que em igual período do ano anterior. De destacar o crescimento de 13,2% da modalidade de Acidentes de Trabalho, cujo peso relativo na produção passou a ser de 15,4% no final de dezembro de 2016.

Os custos com sinistros nos ramos Não vida apresentaram um acréscimo de 10,8%, tendo a generalidade dos ramos seguido a mesma tendência.

De salientar o acréscimo nos custos com sinistros do ramo Incêndio e Outros Danos (25,9%).

A produção de seguro direto de Acidentes de Trabalho apresentou, em 2016, um crescimento significativo de 13,2%.

FACTOS MARCANTES DO EXERCÍCIO

A Aon Portugal manteve, durante o exercício de 2016, a sua trajetória de crescimento sustentado, a qual tem vindo a marcar a última década, situando o CARG dos últimos 10 anos nos 7%.

Este crescimento tem sido o reflexo da capacidade de retenção e obtenção de novos clientes. Um fator que tem sido muito importante neste crescimento é a aposta na inovação, mediante o constante desenvolvimento e disponibilização de instrumentos e soluções aos clientes em Portugal, que vão de encontro aos muitos desafios que as empresas e organizações portuguesas enfrentam na gestão dos seus riscos e do seu talento.

O ano de 2016, mostrou também um crescimento significativo e o início da consolidação das novas áreas de negócio – Health & Benefits e Aon Global Risk Consulting, as quais têm sido aposta da Aon Portugal na diversificação e sofisticação dos serviços disponibilizados aos seus clientes, quer na área das pessoas, quer na área de consultoria de gestão de risco.

Em 2016, a faturação total da Empresa apresentou um crescimento de 4%, face ao ano anterior, sendo que as áreas de negócio de H&B e AGRC, registaram um crescimento de 6% e 22%, respetivamente.

A visibilidade da Aon Portugal e presença da Empresa em eventos corporativos também marcou o último ano, possibilitando um crescendo no reconhecimento e notoriedade da marca Aon, em Portugal, junto dos seus clientes e potenciais clientes.

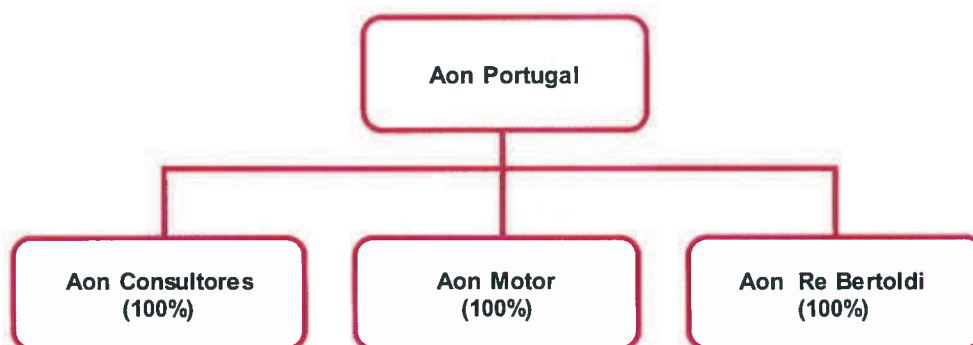
O exercício de 2016, ficou assim marcado por uma estratégia apoiada no investimento e no desenvolvimento do projeto empresarial da Aon em Portugal, facto representativo da credibilidade da operação Portuguesa da Aon junto da sua casa mãe, fruto dos resultados alcançados e da posição de liderança conquistada num conjunto de projetos e iniciativas internacionais estruturantes para a firma.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A estrutura atual de investimentos da Aon Portugal nas empresas suas participadas corresponde, em 31 de Dezembro de 2016, a EUR 7.544.897, contra o montante de EUR 7.370.420 registado em 2015, sendo esta rubrica atualmente decomposta apenas por participações financeiras em sociedades do grupo Aon.

Comparativamente ao ano transato, verifica-se que o montante em investimentos financeiros referente a participações financeiras registou um aumento de EUR 174.477. Tal incremento ficou a dever-se, por uma lado, à aplicação do método de equivalência patrimonial relativamente à participação da Aon Portugal nas sociedades Aon Consultores, Aon Re Bertoldi e Aon Motor, cujos Resultados Líquidos ascenderam no final do exercício de 2016 a EUR 95.525, EUR 575.156 e EUR 12.057, respetivamente. Por outro lado, a participada Aon Re Bertoldi procedeu à distribuição de dividendos durante o exercício corrente, no valor de EUR 508.261, facto este que teve impacto no valor dos investimentos financeiros reconhecidos no balanço da Empresa.

As participações da Aon Portugal são representadas da seguinte forma:



RECURSOS HUMANOS

O exercício de 2016 foi marcado por um investimento significativo na capacidade da Firma atrair, desenvolver e reter os melhores quadros e colaboradores, que são uma componente fundamental da proposta de valor que apresenta aos seus clientes.

Assim, um constante investimento em formação, em vários domínios – comercial, comportamental, técnica - a promoção de estágios profissionalizantes juntos das melhores Universidades do País, procurando atrair talento jovem, com elevada qualificação e potencial e a exposição internacional de vários quadros, como forma de adquirirem experiência e competências em mercados mais desenvolvidos, foram atividades que marcaram o ano 2016.

A posição de liderança que ocupa, a expansão do âmbito de atuação e a crescente exigência dos nossos clientes, obriga a que os colaboradores tenham fortes competências técnicas, focus no cliente, mobilidade e capacidade de adaptação às crescentes necessidades impostas pelo mercado.



ATIVIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A Aon Portugal apresentou um resultado líquido de 1.467 mil euros, no final de 2016, registando assim um decréscimo de 27% face ao período homólogo do exercício anterior. O volume de negócios, por seu lado, registou uma evolução positiva, cifrando-se nos 13.694 mil euros.

O decréscimo do resultado líquido registado em 2016, no valor de 1.467.358 euros, ficou-se a dever exclusivamente à amortização dos goodwill registados pela aquisição das suas participadas, situação que não se havia registado no ano anterior, devido à alteração da norma contabilística.

As receitas obtidas com prestações de serviços aumentaram 4% face ao ano anterior para 13.694.415 euros.

O EBITDA evoluiu significativamente de forma positiva, apresentando um crescimento de 28% quando comparado com o ano 2015. O valor registado foi de 3.463 mil euros.

O crescimento do EBITDA, beneficiou não só do incremento dos negócios de corretagem de seguros e consultadoria de risco e pessoas, como também de uma redução dos gastos operacionais, excluindo depreciações e amortizações, registados no presente exercício, resultado de uma boa execução na gestão e rentabilização dos gastos da empresa. Também os ganhos financeiros registados com subsidiárias, tiveram um impacto positivo neste rácio.

Já o Resultado Operacional, por seu turno, registou um decréscimo de 14%, cifrando-se em 2.147 mil euros, refletindo o impacto das amortizações dos goodwill registadas no presente exercício, e que, em 2015, não eram devidas. Esta alteração ficou a dever-se à transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, a qual veio alterar as regras de amortização dos ativos intangíveis sem vida útil definida.

Os gastos verificados com a amortização do goodwill ascenderam a 1.104 mil euros, os quais foram parcialmente compensados com a redução dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (-4,7%) e com a diminuição dos Gastos com Pessoal (-0,6%).

O quadro que se segue pretende demonstrar a evolução dos resultados da Empresa durante os dois últimos anos:

Resultados	2016	2015	A.16-A.15	A.16/A.15
Resultado Bruto	13.694.415	13.159.778	534.637	4%
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	3.462.808	2.714.231	748.577	28%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.147.031	2.504.528	-357.497	-14%
Resultados antes de Impostos	2.159.061	2.522.069	-363.008	-14%
Resultado Líquido do Exercício	1.467.358	2.014.783	-547.425	-27%

PERSPETIVAS FUTURAS

Temas como o Risco e Pessoas, continuam a ocupar o topo das agendas de qualquer organização. Num mundo cada vez mais globalizado em que a volatilidade e incerteza são um dado adquirido, marcado pela ocorrência de disrupções geopolíticas e sociais, o “Risco” assume uma relevância absolutamente estratégica para o futuro de qualquer organização.

Saliente-se as alterações regulatórias e legislativas e os crimes cibernéticos, como fazendo parte dos maiores riscos considerados pelas empresas portuguesas.

O novo Regulamento Geral de Proteção de Dados e os recentes ataques cibernéticos que afetaram dezenas de empresas internacionais, vêm confirmar estas preocupações dos empresários portugueses.

Sendo a Aon líder em gestão de riscos, não poderia deixar de lado estas áreas e, com efeito, disponibilizar soluções que podem aportar valor aos seus clientes, através de serviços especializados.

Por outro lado, o capital humano e a retenção de talento ocupam também especial relevância nas organizações, as quais querem contar com os melhores profissionais qualificados, devidamente motivados e alinhados com a estratégia das empresas. A prestação de cuidados de saúde, num quadro em que mesmo na Europa Ocidental o Estado está a reduzir a sua função assistencial, e o enorme desafio colocado pelo sistema de pensões e reforma, atendendo a que uma elevada percentagem da força de trabalho nos países desenvolvidos irá chegar ao final da sua vida profissional nos próximos anos, fazem com que o pilar “Pessoas” assuma uma preponderância singular.

Porque acreditamos que a proposta de valor da Aon é efetivamente uma mais-valia para as empresas portuguesas e que possuímos profissionais de talento com o *know-how* necessário para fazer face aos novos desafios, temos como objetivo fazer chegar o nosso conhecimento e experiência ao maior número de empresas, mesmo as de dimensão mais reduzida, que constituem o grosso do tecido empresarial português.

Para concretizar este objetivo iremos continuar a apostar no desenvolvimento de novos processos e metodologias para fazer chegar a nossa proposta de valor a essas empresas e assim continuar a desenvolver e fazer crescer o nosso projeto em Portugal.

A solidez do nosso projeto, da nossa equipa e o apoio e suporte da nossa estrutura internacional faz com que a Aon Portugal se encontre numa posição privilegiada para capitalizar o conjunto de oportunidades que inevitavelmente surgem no mercado.

A Aon encara assim o futuro de forma muito positiva, com a firme convicção que a excelência do serviço e alinhamento na execução da nossa estratégia permitirá continuar a acrescentar valor aos nossos acionistas, colaboradores e restantes stakeholders.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no montante positivo de EUR 1.467.358 (um milhão quatrocentos e sessenta e sete mil e trezentos e cinquenta e oito euros) seja aplicado da seguinte forma:

- Reforço das Reservas Legais, no valor correspondente a 5% do resultado líquido do exercício: 73.368 Euros;
- Distribuição de dividendos pelo único acionista, no valor correspondente aos restantes 95%, num total de 1.393.990 Euros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração pretende distribuir a quantia de 339.999 Euros do resultado do exercício de 2016 pelos empregados. Esta distribuição já está afeta ao resultado líquido do exercício.

O Conselho de Administração agradece o esforço, resiliência e incondicional empenho de todos os colaboradores ao longo do ano de 2016.

O Conselho de Administração,



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	612.992	687.419
Goodwill	8	6.310.378	7.011.532
Ativos intangíveis	8	3.635.511	4.035.078
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	7.544.897	7.370.420
Outros Ativos financeiros	9	6.256	2.537
Ativos por impostos diferidos	10	14.163	17.648
		18.124.198	19.124.634
Ativo corrente			
Clientes	11	1.824.024	1.489.135
Terceiros - Tomadores de seguro	11	6.287.370	8.200.227
Terceiros - Seguradoras	11	397.328	678.291
Estado e outros entes públicos	19	-	-
Outras contas a receber - Subagentes	11	3.666	233.806
Outras contas a receber	11	2.164.942	1.978.012
Diferimentos	12	62.026	95.833
Caixa e depósitos bancários	4 e 11	6.817.846	9.926.018
		17.557.202	22.601.323
Total do Ativo		35.681.400	41.725.957
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	14.394.790	14.394.790
Outros instrumentos de capital próprio	13	3.571.100	3.571.100
Reservas legais	13	812.480	711.741
Resultados transitados	13	2.167.217	3.480.373
Ajustamentos em Ativos financeiros		210.905	210.905
		21.156.493	22.368.910
Resultado líquido do exercício	13	1.467.358	2.014.783
Total do capital próprio		22.623.851	24.383.693
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	8.527	8.527
Passivos por impostos diferidos	10	192.856	199.214
Outras contas a pagar	17 e 18	275.752	89.424
Diferimentos	20	149.064	198.752
		626.198	495.917
Passivo corrente			
Fornecedores	17	126.489	140.586
Terceiros - Tomadores de seguro	17	369.971	433.899
Terceiros - Seguradoras	17	8.006.051	11.660.933
Adiantamentos de clientes	17 e 18	2.473	7.392
Estado e outros entes públicos	19	615.689	378.909
Outras contas a pagar - Subagentes	17	364.249	230.327
Outras contas a pagar	17 e 18	1.899.090	2.796.916
Diferimentos	20	1.047.338	1.197.386
		12.431.350	16.846.347
Total do passivo		13.057.549	17.342.264
Total do capital próprio e do passivo		35.681.400	41.725.957

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2016.

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração

AON PORTUGAL
CORRETORES DE SEGUROS, S.A.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Exercícios	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	21	13 694.415	13 159 778
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	682.738	665 025
Fornecimentos e serviços externos	22	(4.974.362)	(5 217 812)
Gastos com o pessoal	23	(5.732.132)	(5 764 284)
Imparidade de dívidas a receber (gastos) / reversões	11	6.266	(14 610)
Provisões (gastos) / reversões	14	-	-
Outros rendimentos e ganhos	21 e 25	84.707	89 975
Outros gastos e perdas	26	(298.824)	(203 842)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.462.808	2 714 231
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	24	(1.315.777)	(209 703)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis ((gastos) / reversões)	8	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.147.031	2 504 528
Juros e rendimentos similares obtidos	21 e 27	12.030	17 541
Juros e gastos similares suportados	27	-	-
Resultado antes de impostos		2.159.061	2 522 069
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	(691.704)	(507 286)
Resultado líquido do exercício		1.467.358	2 014 783
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		1.467.358	2 014 783
		1.467.358	2 014 783
Resultado por acção básico		0,51	0,70

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		13.694.415	13.159.778
Custo das vendas e dos serviços prestados		-	-
Resultado bruto		13.694.415	13.159.778
Outros rendimentos e ganhos		773.711	766.357
Gastos administrativos		(10.706.494)	(10.982.095)
Outros gastos e perdas		(1.614.601)	(439.512)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.147.031	2.504.528
Rendimentos (gastos) de financiamento (líquidos)		12.030	17.541
Resultados antes de impostos		2.159.061	2.522.069
Imposto sobre o rendimento do exercício		(691.704)	(507.286)
Resultado líquido do exercício		1.467.358	2.014.783
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		1.467.358	2.014.783
		1.467.358	2.014.783
Resultado por acção básico		0,51	0,70

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		124.118.926	152.062.385
Pagamentos a fornecedores		(117.393.661)	(142.280.910)
Pagamentos ao pessoal		(3.013.629)	(3.054.419)
Caixa gerada pelas operações		3.711.636	6.727.056
(Pagamento) recebimento do imposto sobre o rendimento		(3.962.135)	(3.344.233)
Outros recebimentos (pagamentos)		(21.033)	412.301
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(271.532)	3.795.124
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6	(129.731)	(591.204)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	27	12.030	17.541
Dividendos		508.261	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		390.560	(573.663)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(3.227.200)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(3.227.200)	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(3.108.172)	3.221.461
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		9.926.018	6.704.557
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		6.817.846	9.926.018

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração


AON PORTUGAL
CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Montantes expressos em Euros

DESCRÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa					
		Capital realizado	instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício
1	13	14.394.790	3.571.100	711.741	3.480.373	210.905	2.014.783
2	13	-	-	100.739	1.914.044	-	(2.014.783)
3		-	-	100.739	1.914.044	-	(2.014.783)
4=2+3							1.467.358
5		-	-	-	(3.227.200)	-	(3.227.200)
5=1+2+3		14.394.790	3.571.100	812.480	2.167.217	210.905	1.467.358
							22.623.851

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração

AON PORTUGAL
CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras

Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A.

31 de dezembro de 2016

Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em Euros

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A. (adiante designada por “Empresa”, “Sociedade” ou “Aon Portugal”), com sede na Av. da Liberdade, 249 – 2º, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 500946728 e constituída em 20 de Dezembro de 1979, tem como principal atividade a corretagem de seguros. Para além de fazer a interligação entre clientes e companhias de seguros, dedica-se à consultoria e gestão da carteira de seguros dos seus clientes.

A Sociedade é detida em 100% pela Aon Southern Europe y Cía, S.C., fazendo assim parte integrante do Grupo Aon, o qual é detido mundialmente pela empresa-mãe - Aon Global Limited, Londres, Reino Unido.

A empresa-mãe procedeu à transferência da sua anterior sede nos Estados Unidos da América para o Reino Unido, com data efetiva de 2 de Abril de 2012.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 31 de Março de 2016, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Sociedade adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

A Empresa adotou o custo considerado na mensuração dos ativos fixos tangíveis em referência a 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), nos termos da isenção permitida pela NCRF 3 – Adoção pela Primeira vez das NCRF.

A Empresa adotou como custo considerado o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior normativo contabilístico em vigor, o Plano Oficial de Contabilidade ("POC").

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	8

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica " (Gastos) / Reversões de depreciação e amortização".

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

R.
[assinatura]

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. O custo dos ativos intangíveis adquiridos numa concentração de atividades empresariais é o seu justo valor à data de aquisição.

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas e indefinidas. As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Programas de computador	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas são amortizados por um período máximo de dez anos e são testados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação que o ativo pode estar em imparidade (Nota 3.5).

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “ (Gastos) / Reversões de depreciação e amortização”.

R.
[assinatura]

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como *goodwill* e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

R
RF

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.7 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o critério do custo ou custo amortizado.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria registados no balanço com maturidade residual inferior a três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

2

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Os ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de notas de débito e não inclui impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base no período de vigência dos contratos que lhe estão subjacentes, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

12
RP

3.9 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

Estimaram-se vidas úteis para os ativos fixos tangíveis e intangíveis equivalentes às taxas máximas permitidas para efeitos fiscais, considerando que estas se ajustavam ao tipo de ativos existentes na Empresa.

b) Análises de imparidade de ativos fixos intangíveis

Na análise de imparidade dos ativos fixos intangíveis e para o *Goodwill*, utilizou-se o método de descontos de fluxos de caixa futuros, calculados a 31 de Dezembro de 2013. A análise teve por base o *budget* reportado para o exercício de 2014 e a extrapolação deste para os restantes anos de vida útil dos *goodwill*, por se considerar que esta informação estará próxima da realidade da evolução do negócio de corretagem de seguros e resseguro prevista para o Grupo AON.

c) Análise de imparidade de contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

d) Provisões

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas estimadas.

Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

e) Análise de realização dos ativos por impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação e legislação fiscal que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.11 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.12 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

2
14

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.

3.13 Benefícios pós-emprego

Planos de contribuição definida

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa.

Planos de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o método de reconhecimento direto na demonstração de resultados do exercício.

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

3.14 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou

12

acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e depósitos a prazo constituídos para efeitos de garantia bancária. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Numerário	171	500
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6.705.297	9.813.139
Depósitos a prazo	112.379	112.379
	6.817.846	9.926.018

A variação negativa registada em depósitos bancários advém, essencialmente, do pagamento de dividendos efetuados em 2016, no montante de 3.227 mil euros, à única acionista da empresa e das atividades operacionais da empresa.

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício 2016 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações aplicáveis

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram as seguintes alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016:

NCRF 6 - Ativos Intangíveis

Amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida:

Um ativo intangível com uma vida útil indefinida é amortizado num período máximo de 10 anos.

Atualmente, a empresa tem registado nos seus livros contabilísticos *Goodwills* derivados de fusões ou aquisições realizadas, e que por não terem vida útil definida, foram amortizados, em 2016, de acordo com a nova Diretiva, considerando uma vida útil de 10 anos.

R

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2016					
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	1.039.836	12.323	609.906	4.862	1.666.927
Aquisições	55.944	11.903	44.417	17.467	129.731
Abates			(5.901)		(5.901)
Saldo final	1.095.780	24.226	648.422	22.329	1.790.757
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	(589.640)	(4.257)	(384.873)	(738)	(979.508)
Amortizações do exercício	(109.021)	(3.421)	(86.597)	(2.772)	(201.811)
Abates			3.555		3.555
Saldo final	(698.661)	(7.678)	(467.916)	(3.510)	(1.177.765)
Ativos líquidos	397.119	16.548	180.507	18.819	612.992

31 de dezembro de 2015					
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	688.220	17.883	402.232	279	1.108.614
Aquisições	351.616	9.503	225.372	4.713	591.204
Abates		(15.064)	(17.697)	(130)	(32.891)
Saldo final	1.039.836	12.323	609.906	4.862	1.666.927
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	(485.121)	(17.536)	(303.887)	(261)	(806.805)
Amortizações do exercício	(104.519)	(1.784)	(98.684)	(608)	(205.595)
Abates		15.064	17.697	130	32.891
Saldo final	(589.640)	(4.257)	(384.873)	(738)	(979.508)
Ativos líquidos	450.196	8.066	225.033	4.124	687.419

As aquisições registadas na rubrica "Edifícios e outras construções" no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 55.944 Euros, respeitam na sua totalidade às obras de expansão e remodelação do escritório de Lisboa.

Simultaneamente, as aquisições registadas na rubrica "Equipamento administrativo" no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 44.417 Euros, respeitam, essencialmente, a mobiliário de

escritório adquirido no âmbito da expansão e remodelação do escritório e a renovação de equipamento informático.

No exercício de 2016, foram registados abates aos ativos tangíveis, no valor total de 5.901 euros, os quais se detalham conforme quadro acima. Estes abates estão, essencialmente, relacionados com computadores totalmente amortizados.

As amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 201.811 Euros (205.595 Euros em 2015), foram registadas na rubrica de “(Gastos) /reversões de depreciação e de amortização” (Nota 24).

7 LOCAÇÕES

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com edifícios, viaturas automóveis e equipamento administrativo, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos	
	31 dez 2016	31 dez 2015
Até 1 ano	476.224	503.871
Entre 1 ano e 5 anos	1.767.167	1.568.096
A mais de 5 anos	613.619	1.262.106
	2.857.010	3.334.073

As responsabilidades assumidas com um prazo superior a 5 anos referem-se, exclusivamente, a contratos de arrendamento de escritórios.

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhados conforme se segue:

	Gasto do período	
	2016	2015
Pagamentos mínimos	489.369	508.542

8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2016

	Programas de computador	Goodwill	Outros activos intangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	70.553	7.011.532	4.117.885	11.199.969
Aquisições	13.245			13.245
Abates	(49.739)	-	-	(49.739)
Saldo final	34.058	7.011.532	4.117.885	11.163.475
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	(64.712)	-	(88.647)	(153.359)
Amortizações do exercício	(9.889)	(701.153)	(402.924)	(1.113.966)
Abates	49.740			49.740
Saldo final	(24.861)	(701.153)	(491.571)	(1.217.585)
Ativos líquidos	9.197	6.310.378	3.626.314	9.945.889

31 de dezembro de 2015

	Programas de computador	Goodwill	Outros activos intangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	62.887	7.011.532	4.117.885	11.192.303
Aquisições	7.666	-	-	7.666
Saldo final	70.553	7.011.532	4.117.885	11.199.969
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	(60.602)	-	(88.647)	(149.249)
Amortizações do exercício	(4.108)	-	-	(4.108)
Saldo final	(64.712)	-	(88.647)	(153.359)
Ativos líquidos	5.840	7.011.532	4.029.238	11.046.610

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa apresenta nas suas demonstrações financeiras um *goodwill* no montante de 7.011.532 Euros, gerado nos exercícios de 1999 e 2000 no âmbito da aquisição de três entidades cuja atividade se centrava na corretagem de seguro: (i) Lima & Associados – Mediadores de Seguros, S.A.; (ii) Aon Gil y Carvajal Portugal, Lda.; e (iii) A.G.Y.C.- Corretores de Seguros, Lda..

Adicionalmente, a Empresa apresenta também o montante de 4.117.885 Euros incluídos na rubrica “Outros ativos intangíveis” relativo à aquisição faseada da totalidade do capital social da Aon Re Bertoldi, cuja atividade operacional incide sobre a corretagem de resseguro. Este montante foi gerado no decurso dos exercícios de 2012 e de 2007, no montante de 1.967.492 Euros e 2.061.746 Euros, respetivamente.

De acordo com o já referido na Nota 5, os goodwill registados na empresa foram objeto de amortização no exercício de 2016, considerando uma vida útil de 10 anos, de acordo com Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, o qual veio alterar a NCRF 6, no que respeita a ativos intangíveis sem vida útil definida.

Por outro lado, a alteração à NCRF 6 não vem invalidar o estipulado na NCRF 12 e conforme descrito na Nota 3.5 e previsto no normativo em vigor à data de balanço, anualmente, a Empresa procede à avaliação destes ativos por forma a detetar se os mesmos se encontram em imparidade. Para tal, é efetuada uma análise detalhada para cada um dos ativos e que tem por base o método dos fluxos de caixa descontados. Este método consiste na avaliação dos benefícios económicos futuros gerados por um ativo ou unidade geradora de caixa, tendo em consideração os fluxos de caixa futuros estimados com base na sua atividade operacional, atualizados para o momento presente a uma taxa de desconto que pretende refletir o custo de oportunidade do capital aplicado na concentração da atividade empresarial.

A taxa de desconto utilizada tem por base: (i) a remuneração das obrigações do tesouro (sem risco) holandesas; (ii) um prémio de risco de mercado de Portugal; e (iii) um prémio de risco associado ao sector de corretagem de seguro ou resseguro, conforme o ativo que esteja a ser avaliado.

Em 31 de dezembro de 2016, os resultados dos estudos efetuados não revelaram quaisquer indícios de imparidade nos ativos em análise, motivo pelo qual o seu valor contabilístico não sofreu qualquer alteração face ao exercício anterior.

As perdas por imparidade em "Outros Ativos Intangíveis" foram reconhecidas no exercício de 2011. As perdas reconhecidas referem-se ao valor de aquisição de uma carteira de clientes relativa à linha de negócio *Aon Direct Group* ("ADG") a uma entidade do Grupo. Foi entendimento da empresa que esta aquisição não irá alterar de, forma determinante, o negócio de ADG em Portugal, tendo reconhecido no exercício anterior perda de imparidade para o montante de capital investido.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Empresa não procedeu ao abate de qualquer ativo fixo intangível.

As amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 1.113.966 Euros (4.108 Euros em 2015), foram registadas na rubrica de " (Gastos) / reversões de depreciação e de amortização" (Nota 24).

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras", incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Participações financeiras:		
Saldo inicial	7.370.420	6.705.394
Regularizações - Método equivalência patrimonial	682.738	665.026
Outras variações	(508.261)	-
Saldo final	<u>7.544.897</u>	<u>7.370.420</u>

R

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as regularizações efetuadas no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial resultaram, essencialmente, da apropriação do resultado líquido da Aon Portugal Consultores, Unipessoal, Lda e da Aon Re Bertoldi – Corretagem de Seguros, S.A., pela Empresa.

O valor registado em “Outras variações” está relacionado com a distribuição de dividendos por parte da participada Aon Re Bertoldi, SA.

Em 31 Dezembro de 2016 e 2015, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

31 de dezembro de 2016								
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado Líquido	Participação detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiárias:								
Aon Portugal - Consultores, Unipessoal, Lda.	490.500	49.814	440.686	249.076	95.525	100%	95.525	440.686
Aon Motor - Gestão e Consultoria de Frotas, Unipessoal, Lda.	880.077	-	880.077	16.186	12.057	100%	12.057	880.067
Aon Re Bertoldi - Corretagem de Resseguros, S.A.	10.046.190	3.822.046	6.224.144	2.048.434	575.156	100%	575.156	6.224.144
							682.738	7.544.897

31 de dezembro de 2015								
	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado Líquido	Participação detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiárias:								
Aon Portugal - Consultores, Unipessoal, Lda.	394.817	49.655	345.161	255.964	111.648	100%	111.648	345.161
Aon Motor - Gestão e Consultoria de Frotas, Unipessoal, Lda.	868.976	956	868.020	1.885	(11.357)	100%	(11.357)	868.010
Aon Re Bertoldi - Corretagem de Resseguros, S.A.	10.027.407	3.870.159	6.157.248	1.979.076	564.734	100%	564.734	6.157.248
							665.025	7.370.420

A Aon Portugal – Consultores, Unipessoal, Lda., tem como principal atividade a prestação de serviços em consultadoria e assessoria a carteiras de seguros de clientes, tendo a mesma sede que a Empresa.

A Aon Motor – Gestão e Consultoria de Frotas, Unipessoal, Lda. tem como atividade principal a realização de serviços de gestão no âmbito da manutenção de veículos e, também, tem a sua sede nas mesmas instalações que a Empresa.

A Aon Re Bertoldi – Corretagem de Resseguros, S.A. tem como atividade principal a mediação de resseguros. A sede desta participada também está estabelecida nas mesmas instalações da Aon Portugal, apesar de desenvolver a sua atividade na Rua do Ferragial nº7, em Lisboa.

A Empresa encontra-se dispensada de preparar demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que não ultrapassa 2 dos 3 limites estabelecidos no nº 1 do Artº 3 do Decreto-Lei 238/91. Por sua vez, a Aon Portugal Corretores de Seguros, SA, bem como as restantes empresas do Grupo Aon a operar em Portugal, são incluídas na consolidação de contas da casa-mãe, a qual se encontra sediada em Londres, Inglaterra.

Empresa Consolidante	Sede	País
Aon Global Limited, plc	8 Devonshire Square, London EC2M 4PL	England

Os Outros Ativos Financeiros registados no balanço da empresa, no valor de 6.256 euros, no final do exercício, respeitam às contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), exigidas por lei para os novos contratos de trabalho.

10 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, acrescidas de: (i) Derrama à taxa de 1,5% calculada sobre o lucro tributável; (ii) de Derrama Estadual à taxa de 3% calculada sobre o lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros e 5% acima daquele montante; e (iii) tributações autónomas definidas pelo Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões e inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

O gasto estimado com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	<u>31 dez 2016</u>	<u>31 dez 2015</u>
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	694.577	529.886
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores	-	-
	<u>694.577</u>	<u>529.886</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	(2.873)	(22.600)
Gasto com Impostos sobre o Rendimento	<u>691.704</u>	<u>507.286</u>

	31 dez 2016	31 dez 2015
Resultado líquido do período	1.467.358	2.014.783
Diferenças permanentes:		
Acréscimos:		
Estimativa de imposto do exercício	691.704	507.286
Depreciações e amortizações não aceites como gastos	1.104.164	-
Ajudas de custo e encargos por deslocação em viatura própria	40.849	44.822
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	-	14.610
Benefícios de empregados - fundos de pensões	28.262	11.762
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	7.922	11.917
Anulação do efeito do Método de equivalência patrimonial	-	11.357
Correções exercícios anteriores	3.048	9.744
Outros	8.806	15.088
Deduções:		
Anulação do efeito do Método de equivalência patrimonial	(682.738)	(676.382)
Benefícios fiscais - Criação líquida de postos de trabalho	(74.200)	(65.841)
Reversão de perdas por imparidade tributadas	(6.266)	-
Reversão de provisões tributadas	(4.325)	-
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso estimativa	(6.828)	
Outros	(900)	(3.818)
	2.576.856	1.895.327
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa normal	541.140	398.019
	541.140	398.019
Derrama	38.653	28.430
Derrama estadual	32.306	11.860
Tributações Autónomas	82.479	91.577
Gasto com Impostos sobre o Rendimento	694.577	529.886

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2016	31 dez 2015	31 dez 2016	31 dez 2015
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Contas a receber de clientes	14.163	17.648	-	-
Diferenças derivadas dos planos de pensões de contribuição definida	-	-	192.856	199.214
	14.163	17.648	192.856	199.214

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi como se segue:

	2016		2015	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	17.648	199.214	15.638	219.804
Efeitos em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Contas a receber de clientes	(3.486)	-	2.010	-
Diferenças derivadas dos planos de pensões de contribuição definida	-	(6.359)	-	(20.590)
Saldo final	14.163	192.856	17.648	199.214

11 ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhadas conforme se segue:

Ativos financeiros	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	171		171	500	-	500
Depósitos à ordem	6.705.297		6.705.297	9.813.139	-	9.813.139
Depósitos a prazo	112.379		112.379	112.379	-	112.379
	6.817.846		6.817.846	9.926.018		9.926.018
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Clientes	1.886.970	62.946	1.824.024	1.567.572	78.437	1.489.135
Terceiros - Tomadores de seguro	6.287.370		6.287.370	8.200.227	-	8.200.227
Terceiros - Seguradoras	397.328		397.328	678.291	-	678.291
Outras contas a receber - Subagentes	3.666		3.666	233.806	-	233.806
	8.575.334	62.946	8.512.388	10.679.896	78.437	10.601.459
Ativos financeiros ao custo:						
Outras contas a receber	2.164.942	-	2.164.942	1.978.012	-	1.978.012
	17.558.122	62.946	17.495.176	22.583.926	78.437	22.505.489

O saldo apresentado na rubrica "Clientes" no montante de 1.824.024 Euros (1.489.135 Euros em 2015), refere-se às comissões de corretagem de seguro inerentes aos recibos de prémio pendentes de receber dos clientes das seguradoras, bem como a honorários de consultadoria de seguros faturados a clientes diretos da empresa.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Terceiros – Tomadores de seguro", no montante de 6.287.370 Euros (8.200.227 Euros em 2015), refere-se aos prémios pendentes de receber dos clientes das seguradoras e cujos montantes serão para transferir para as seguradoras.

A rubrica de "Terceiros – Seguradoras" no montante de 397.328 Euros (678.291 Euros em 2015), inclui os saldos a haver de seguradoras por pagamentos efetuados por conta das mesmas, como é o caso de recibos de indemnização e estornos, ou por comissões diretas a receber das seguradoras.

12

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de “Outras contas a receber – Subagentes”, no montante de 3.666 Euros (233.806 Euros em 2015) respeita a saldos devedores de subagentes, derivados de regularizações de cedências, como por exemplo emissão de recibos de estornos.

O saldo das imparidades registadas, em 31 de dezembro de 2016, relativamente a contas a receber de clientes ascende a 62.946 Euros, verificando assim uma redução de 19,7% face ao ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Outras contas a receber” apresenta a seguinte composição:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Benefícios de reforma a liquidar (Nota 16)	857.136	885.396
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Comissões de clientes	499.557	586.647
Empresas do grupo	779.957	458.300
Cauções	28.291	28.291
Saldos com pessoal	-	10.181
Outros	-	9.196
	2.164.942	1.978.012

12 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Serviços faturados antecipadamente	28.195	50.775
Rendas	30.667	30.770
Outros	3.164	14.288
	62.026	95.833

13 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.878.958 ações com o valor nominal de 5 Euros, cada, ascendendo a 14.394.790 Euros.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.



Em 31 de dezembro de 2016, a reserva legal ascendia a 812.480 Euros (711.741 Euros em 2015), representando assim 5,6% do capital realizado (4,9% em 2015). A variação ocorrida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 respeita à aplicação do resultado do exercício de 2015.

Outros instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, existiam prestações suplementares, registadas na rubrica “Outros instrumentos de capital próprio”, no montante de 3.571.100 Euros. Estas prestações suplementares de capital não poderão ser reembolsadas enquanto essa operação reduzir os capitais próprios a um valor inferior ao da soma do capital social e da reserva legal.

Embora a empresa já se encontre em condições de proceder ao reembolso das prestações suplementares à casa-mãe, não foi ainda tomada decisão por parte da administração nesse sentido.

Aplicações

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o Conselho de Administração propôs que a aplicação do resultado líquido do exercício de 2016, no montante de 1.467.358 Euros, fosse distribuído da seguinte forma: a) transferência de 5% para a rubrica de “Reservas Legais” no montante de 73.368 Euros; b) distribuição de dividendos pelo único acionista, no valor correspondente aos restantes 95%, num total de 1.393.990 Euros. A aplicação de resultados foi deliberada em conformidade com a proposta do Conselho de Administração durante a reunião de 31 de Março de 2016 da Assembleia Geral de Acionistas.

Distribuições

No âmbito da aplicação de resultados, a empresa decidiu conceder ao pessoal uma participação nos resultados de 2016, no montante de 339.999 Euros. Esta distribuição já está afeta no resultado líquido do exercício.

14 PROVISÕES

Não se registaram alterações na evolução das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparativamente ao ano anterior. O saldo da rubrica de Provisões por processos judiciais em curso, no final de 2016 e 2015, é de 8.527 Euros.

A provisão para processos judiciais em curso reflete o exfluxo estimado por parte do departamento jurídico da Empresa em conjunto com os seus consultores judiciais externos, relativamente a ações judiciais movidas por terceiros que, naquela data, se encontravam pendentes de resolução.

A conta de provisões não registou qualquer alteração em 2016, dado que não houve conhecimento de nenhum processo judicial adicional e o processo pendente no final do ano anterior ainda se mantém em curso.

15 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa tinha como passivo contingente a seguinte situação:

As responsabilidades calculadas na avaliação atuarial do fundo de pensões de benefício definido existente, não refletem o montante associado aos trabalhadores que, entretanto, tenham cessado funções na sociedade e que se mantêm ao serviço da atividade seguradora.

Devido à falta de informação e desconhecimento do percurso profissional efetuado por esses trabalhadores não é possível efetuar uma estimativa fidedigna das responsabilidades a assumir com os ex-colaboradores da empresa.

No entanto, atendendo a que o fundo de pensões da Empresa se encontra em situação de excesso de financiamento e de acordo com simulação efetuada pela entidade gestora com base em dados estimados, considera-se que o fundo tem capacidade para responder às responsabilidades associadas a ex-colaboradores da empresa.

16 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

Com data de efeito a 1 Janeiro de 2011, a Empresa procedeu à alteração do seu Fundo de Pensões de Benefício definido, tendo por base as seguintes considerações:

- Constituição de um novo Fundo de Pensões aberto de contribuição definida e para o qual transitaram os participantes do então existente Fundo de Pensões de benefício definido e que se encontram no ativo na Empresa.
- No âmbito do novo Fundo de Pensões de contribuição definida, alocou-se a cada participante, por transferência do anterior Fundo, um saldo inicial, correspondente ao valor atual das responsabilidades por serviços passados calculados com base no anterior plano de pensões de benefício definido e de acordo com os pressupostos da avaliação atuarial.
- Manter no Fundo de Pensões de benefício definido o valor remanescente que cobrirá integralmente as atuais responsabilidades com pensões em pagamento e que servirá ainda para financiar as respetivas atualizações que se vierem a verificar, bem como parte das responsabilidades com pensões que vierem a caber à Empresa relativas a ex-colaboradores que se venham a reformar na atividade seguradora e com direitos de pensão ao abrigo deste Fundo. Para o integral financiamento das responsabilidades atrás referidas, a Empresa fará as necessárias contribuições quando tal for necessário.

Os benefícios dos participantes deste Fundo de Pensões consistem em:

Velhice

Em caso de reforma por velhice, de acordo com as regras definidas pela Segurança Social no que se refere à idade de reforma, o participante com mais de 120 meses de serviço efetivo, seguidos ou interpolados, na atividade seguradora, terá direito a uma pensão mensal que será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

12

$P = 80\% SP \times (14 / 12) - 2,2\% \times n \times (S5 / 60)$	$30\% < 2,2\% \times n < 80\%$
--	--------------------------------

Em que,

P = Complemento da pensão mensal

SP = Último salário efectivo mensal na data da reforma

$S5$ = Soma dos melhores 5 salários anuais dos últimos 10 anos de serviço

n = nº de anos de contribuição para a segurança social

Invalidez

Em caso de incapacidade total para o trabalho, reconhecida pela segurança social, o participante com mais de 60 meses de serviço efetivo, seguidos ou interpolados, na atividade seguradora, terá direito a uma pensão mensal que será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$P = 2,2\% \times t \times SP \times (14 / 12) - 2,2\% \times n \times (S5 / 60)$	$50\% < 2,2\% \times t < 80\%$ $30\% < 2,2\% \times n < 80\%$
---	--

Em que,

P = Complemento da pensão mensal

SP = Último salário efectivo mensal na data da reforma

$S5$ = Soma dos melhores 5 salários anuais dos últimos 10 anos de serviço

n = nº de anos de contribuição para a segurança social

t = nº de anos na actividade seguradora

Pré- Reforma

Os participantes que atingirem os 60 anos de idade e 35 anos de serviço na atividade seguradora, podem acordar com o associado a passagem à situação de pré-reforma, sendo-lhes garantida uma prestação pecuniária total anual calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$P = 0,8\% \times R$

Em que,

P = Complemento da pensão mensal

R = Último salário efectivo mensal na data da pré-reforma

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 20 de Dezembro de 2016 pela Groupama Seguros de Vida, S.A.

O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

12

[Handwritten signature]

	2016	2015
Taxa de desconto	1,05%	3%
Taxa técnica de juro	1,05%	1,9%
Taxa esperada de crescimento das pensões	1,00%	1,0%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Suisse Re	Suisse Re
Idade normal de reforma	65	65
Número de pagamento das pensões	14	14

Refira-se que a taxa de desconto teve por base os princípios subjacentes à redução do risco e como referência as taxas das obrigações de dívida pública dos países de referência da zona euro para durações de 10 anos tendo em conta que a duração das responsabilidades com pensionistas é 7 anos.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal" (Nota 23):

	2016	2015
Custo de juros	(1.028)	(3.266)
Retorno esperado dos ativos do plano	18.748	33.629
Ganhos/perdas atuariais reconhecidos	(45.980)	(42.124)
Total de gastos / (ganhos)	(28.260)	(11.762)

Os movimentos no valor presente da obrigação de benefícios definidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são descritos conforme se segue:

	2016	2015
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	98.058	94.034
Custo dos juros	1.028	3.266
(Ganhos)/perdas atuariais	10.422	11.741
(Ganhos)/perdas com cortes		
Benefícios pagos	(11.829)	(10.984)
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	97.678	98.058

Os movimentos no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são descritos conforme se segue:

	2016	2015
Saldo inicial - justo valor dos ativos do fundo	983.453	991.191
Retorno esperado dos ativos	18.748	33.629
Ganhos/(perdas) atuariais	(35.557)	(30.383)
(Ganhos)/perdas com cortes	-	-
Benefícios pagos	(11.829)	(10.984)
Saldo final - justo valor dos ativos do fundo	954.814	983.453

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, os ativos do fundo de pensões geraram um retorno real positivo no montante de 18.748 Euros (33.629 Euros em 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 o justo valor dos ativos que compõem o fundo de pensões contratado pela Empresa ascende a 954.814 Euros (983.453 Euros em 2015), face a responsabilidades pelos benefícios definidos que, naquela data, ascendem ao montante de 97.678 Euros (98.058 Euros em 2015). Desta forma, em 31 de dezembro de 2016, o fundo de pensões apresenta uma posição excedentária em 857.136 Euros (885.396 Euros em 2015) (Nota 11) face às responsabilidades incorridas pela Empresa por serviços passados.

	<u>31 dez 2016</u>	<u>31 dez 2015</u>
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	(97.678)	(98.058)
Justo valor dos activos do fundo	954.814	983.454
	<u>857.136</u>	<u>885.396</u>

Benefícios pós-emprego – planos de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias no montante correspondente a 2% do vencimento mensal do empregado para um fundo de pensões que abrange a totalidade dos empregados com mais de 2 anos de antiguidade. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições.

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ascendeu a 63.636 Euros (Nota 23).

17 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	<u>31 dez 2016</u>	<u>31 dez 2015</u>
Passivo financeiro não corrente		
Outras contas a pagar (Nota 18)	275.752	89.424
	<u>275.752</u>	<u>89.424</u>
Passivo financeiro corrente		
Fornecedores:		
Fornecedores, conta corrente	126.489	140.586
Outros passivos financeiros:		
Terceiros - Tomadores de seguro	369.971	433.899
Terceiros - Seguradoras	8.006.051	11.660.933
Adiantamentos de clientes (Nota 18)	2.473	7.392
Outras contas a pagar - Subagentes	364.249	230.327
Outras contas a pagar (Nota 18)	1.899.090	2.796.916
	<u>10.641.834</u>	<u>15.129.467</u>
	<u>11.044.075</u>	<u>15.359.477</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Terceiros – Tomadores de seguro”, no montante de 369.971 Euros (433.899 Euros em 2015) refere-se a recibos de indemnização ou estornos registados e que, naquela data, ainda não tinham sido pagos por parte das seguradoras aos clientes.

A rubrica de “Terceiros – Seguradoras” cujo saldo ascendeu ao montante de 8.006.051 Euros e 11.660.933 Euros em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente, inclui não só os prémios de recibos cobrados de clientes das companhias de seguro e ainda não liquidados a estas, como também os prémios pendentes de cobrança e que serão transferidos para as seguradoras após boa cobrança.

O saldo apresentado na rubrica de “Subagentes” em 31 de dezembro de 2016 no montante de 364.249 Euros (230.327 Euros em 2015), corresponde às comissões de corretagem de seguro a ceder a subagentes no âmbito de acordos comerciais estabelecidos.

18 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas “Adiantamentos de clientes” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	31 dez 2016	31 dez 2015
Outras contas a pagar - não corrente:		
Acréscimos planos incentivos diferidos	275.752	89.424
	275.752	89.424
Adiantamentos de clientes - corrente:		
Corretagem de seguros	2.473	7.392
	2.473	7.392
Outras contas a pagar - corrente:		
Credores por acréscimos de gastos	1.732.942	2.108.009
Empresas do grupo	139.269	686.157
Fornecedores de Investimentos	13.838	-
Despesas de pessoal	11.885	867
Outros	1.157	1.882
	1.899.090	2.796.916

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” respeita, essencialmente, a:

- (i) Remunerações a pagar aos empregados relativamente a férias e subsídio de férias, acrescidas dos respetivos impostos, que serão liquidadas no ano seguinte no montante de 682.357 Euros (700.133 Euros em 2015);
- (ii) Participação nos resultados concedida ao pessoal no montante de aproximadamente 339.999 euros (289.812 Euros em 2015);
- (iii) Planos de incentivos diferidos – 5 anos, no montante de 275.752 Euros (89.424 Euros em 2015);
- (iv) Planos de incentivos diferidos, a liquidar durante o exercício de 2017, no montante de 35.092 Euros (389.315 Euros em 2015);
- (v) Gratificações extraordinárias a pagar aos colaboradores no montante de 85.000 Euros (89.000 Euros em 2015); e,

- (vi) Serviços externos no montante de, aproximadamente, 590.493 Euros (563.336 Euros em 2015) prestados por terceiros nas áreas de suporte e gestão de aplicações informáticas, serviços profissionais de consultadoria e trabalho temporário, para os quais a Empresa não havia rececionado a respetiva fatura à data de balanço.

O saldo da rubrica "Empresas do grupo" e que agrega as contas a pagar a empresas do grupo Aon respeita, essencialmente, a (i) prémios de seguros a pagar à Aon Limited UK, por apólices colocadas via *Global Broking Center*, em Londres; (ii) comissões e fees de corretagem a receber de outros escritórios Aon e, (iii) à fatura de Network Alignment a pagar à Aon Limited, UK.

19 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	<u>31 dez 2016</u>	<u>31 dez 2015</u>
	<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	308.391	125.303
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	154.839	77.523
Imposto sobre o Valor Acrescentado	54.253	79.058
Contribuições para a Segurança Social	98.206	97.025
	<u>615.689</u>	<u>378.909</u>

20 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	<u>31 dez 2016</u>	<u>31 dez 2015</u>
Diferimentos Passivo não corrente		
Apólices <i>multi-year</i>	149.064	198.752
	<u>149.064</u>	<u>198.752</u>
Diferimentos Passivo corrente		
Emissão de recibos	989.017	1.138.948
Apólices <i>multi-year</i>	49.688	49.688
Outros	8.633	8.750
	<u>1.047.338</u>	<u>1.197.386</u>

Os rendimentos a reconhecer por emissão de recibos referem-se a recibos emitidos e faturados pela empresa antes da data de efeito do seguro e cujo ganho apenas é reconhecido na data de efeito do recibo.

21 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Prestações de serviços	13.694.415	13.159.778
Outros rendimentos e ganhos (Nota 25)	84.707	89.975
Juros obtidos (Nota 27)	12.030	17.541
	13.791.152	13.267.294

O montante incluído na rubrica de prestação de serviços decompõe-se da seguinte forma:

	2016	2015
Comissões corretagem de seguros	9.146.280	9.333.182
Honorários corretagem	4.379.817	3.721.883
Honorários consultadoria	168.317	104.712
	13.694.415	13.159.778

22 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Trabalhos Especializados	2.913.793	3.168.700
Rendas e Alugueres	465.989	496.689
Comissões	345.856	358.616
Publicidade e Propaganda	267.380	227.746
Deslocações e Estadas	221.366	170.653
Comunicação	139.324	139.185
Conservação e Reparação	95.379	151.718
Materiais	63.898	53.379
Despesas de Representação	58.374	55.739
Energia e Fluidos	55.654	54.526
Seguros	53.524	58.225
Limpeza, Higiene e Conforto	39.961	26.227
Vigilância e Segurança	34.538	34.892
Honorários	33.778	46.010
Serviços Bancários	16.562	22.409
Contencioso e notariado	4.607	4.237
Outros serviços diversos	164.378	148.862
	4.974.362	5.217.812

f

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica de “Trabalhos especializados”, no montante de 2.913.793 Euros e 3.168.700 Euros, respetivamente, engloba, essencialmente: (i) honorários debitados por empresas do Grupo Aon a título de repartição de gastos, representando estes 52% do total desta rubrica (ii) gastos relacionados com trabalho temporário, cujos serviços são prestados por empresas de *outsourcing*, os quais representam 31% do total de trabalhos especializados; e (iii) diversos trabalhos especializados de consultoria de seguros, serviços de auditoria e consultoria fiscal.

A redução registada nesta rubrica face ao ano anterior, deve-se essencialmente ao decréscimo das alocações do grupo internacional Aon.

A rubrica de “Rendas e alugueres” no montante de 465.989 Euros (496.689 Euros em 2015) engloba, essencialmente, as rendas dos escritórios de Lisboa e Porto e de ALD de viaturas automóveis.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica de “Comissões” no montante de 345.856 Euros (358.616 Euros em 2015), refere-se ao valor de cedências efetuadas a subagentes.

Os montantes incluídos na rubrica de “Publicidade e propaganda”, refletem a contínua aposta da estratégia internacional da Empresa em aumentar o conhecimento e a notoriedade da marca Aon. Em 2016, registou-se um incremento do gasto registado nesta rubrica, em resultado de um maior investimento em campanhas de marketing, participação em eventos e divulgação nos media.

A rubrica de “Deslocações e Estadas”, registou um incremento significativo (+30% que em 2015), devido essencialmente às exigências e à complexidade cada vez maior dos nossos clientes, facto este que obriga a um maior número de deslocações internacionais entre escritórios Aon. Outro fator que tem impacto nesta rubrica é a maior representatividade de Portugal nas conferências internacionais da Aon, as quais são cada vez mais frequentes e abrangem, cada vez mais, um maior número de colaboradores da Empresa.

O gasto registado na rubrica de “Conservação e reparação”, apresenta um decréscimo face ao ano anterior, em resultado da redução de gastos com reparações automóveis e com serviços de gestão e manutenção de aplicações informáticas. A redução registada nestes últimos, deve-se à criação de uma equipa centralizada dentro do grupo Aon que presta serviços para todos os países da Europa.

Os “Outros serviços diversos” incluem os gastos com condomínio dos escritórios, gastos com arquivo documental e outros serviços.

23 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Remunerações do pessoal	4.428.714	4.470.296
Encargos sobre remunerações	897.458	955.039
Benefícios pós-emprego de contribuições definidas (Nota 16)	63.636	66.165
Seguros de acidentes de trabalho e doença	102.457	127.405
Formação profissional	33.641	68.773
Indemnizações por despedimento	97.000	-
Benefícios pós-emprego de benefícios definidos (Nota 16)	28.260	11.762
Outros gastos com o pessoal	80.966	64.845
	5.732.132	5.764.284

Em 31 de dezembro de 2016 as remunerações ao pessoal, no montante de 4.428.714 Euros (4.470.296 Euros em 2014), respeitam, essencialmente, aos montantes relativos a vencimentos, férias, subsídio de férias e de Natal, subsídio de refeição, incentivos e gratificações extraordinárias.

Os montantes relativos a incentivos são atribuídos com base no plano de performance definido pelo Grupo Aon e adotado pela Empresa.

As gratificações extraordinárias estão associadas à participação nos resultados atribuída ao pessoal no final de 2016, as quais serão pagas no decorrer de 2017 (Nota 13).

24 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de " (Gastos) / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é conforme se segue:

	2016	2015
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	201.811	205.595
Ativos Intangíveis (Nota 8)	1.113.966	4.108
	1.315.777	209.703

O incremento significativo das amortizações do exercício dos Ativos Intangíveis, refletem o impacto da amortização dos goodwill registados pela empresa e que não eram amortizados em anos anteriores, mas que devido à alteração das NCRF, voltaram a ser amortizáveis em 2016.

25 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é conforme se segue:

	2016	2015
Correções relativas a períodos anteriores	25.056	82.719
IVA suportado (ajuste Pro-rata)	24.937	
Diferenças de câmbio favoráveis	21.148	335
Excesso da estimativa para impostos	6.828	-
Processos judiciais	4.325	
Outros rendimentos suplementares	212	3.396
Outros	2.201	3.525
	84.707	89.975

No final do exercício de 2016 e 2015, a rubrica de correções relativas a períodos anteriores engloba, essencialmente, regularizações de saldos.

26 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é conforme se segue:

	2016	2015
Impostos:		
Imposto de selo	195.505	148.116
Imposto sobre Valor Acrescentado	-	7.176
Imposto Único de Circulação	270	359
Outros impostos indirectos	5.000	5.000
Correções relativas a períodos anteriores	3.048	9.744
Quotizações	20.212	10.847
Donativos	26.700	8.020
Diferenças de cambio desfavoráveis	38.200	10.777
Outros	9.889	3.804
	298.824	203.842

No final do exercício de 2016 e 2015, a rubrica de correções relativas a períodos anteriores engloba, essencialmente, regularizações de saldos.

27 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e outros rendimentos obtidos e os gastos e perdas similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhados conforme se segue:

	2016	2015
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições bancárias	12.030	17.541

Os juros obtidos nos exercícios de 2016 e 2015, no montante de 12.030 Euros e 17.541 Euros, respetivamente, foram gerados, essencialmente, através de aplicações de tesouraria efetuadas através da conta bancária de *cash pooling* do Grupo Aon junto do banco BMG. Estas aplicações vencem juros a taxas de mercado.

28 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela Aon Southern Europe y Cía, S.C., com sede na C. Rosario Pino, 14-16, 28020 Madrid, Espanha. A consolidação integral de contas é efetuada a nível da casa-mãe, conforme já referido na Nota 9.

Os administradores não executivos não são remunerados pelas suas funções na Aon Portugal.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Ano 2016		Ano 2015	
	Serviços obtidos	Serviços prestados	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias			-	-
Outras partes relacionadas	1.981.818	2.449.686	2.520.608	1.709.219
	1.981.818	2.449.686	2.520.608	1.709.219

Os serviços obtidos de outras partes relacionadas decorrem das alocações de gastos efetuadas pelos serviços centrais (Aon Singapura e Aon UK), numa lógica de repartição de gastos e da repartição de comissões ou fees pela gestão de clientes internacionais.

Os serviços prestados a outras partes relacionadas decorrem, essencialmente, do recebimento de comissões e honorários de gestão acordados entre empresas do Grupo, pela gestão de clientes internacionais.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2016			2015		
	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Contas a pagar correntes	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Contas a pagar correntes
Subsidiárias		7.544.897		5.207	7.370.420	-
Outras partes relacionadas	779.957		324.747	795.321		1.845.923
	779.957	7.544.897	324.747	800.528	7.370.420	1.845.923

Os saldos das contas a receber não correntes de subsidiárias decorrem das participações financeiras da empresa nessas mesmas subsidiárias.

Os saldos a pagar e a receber de Outras partes relacionadas, referem-se a cedências de comissões, fees de gestão acordados entre empresas do Grupo e a pagamentos efetuados por conta.

Existem, ainda, saldos com partes relacionadas incluídos na conta de subagentes – conta cobrança, a título provisional, relacionados com prémios pendentes de receber e, portanto, com comissões pendentes de receber suscetíveis de serem cedidas a outras partes relacionadas – escritórios internacionais Aon. Estes saldos não estão ainda acordados entre os escritórios Aon e constituem uma previsão dos saldos a ceder a outros escritórios, pelo que, não estão incluídos no quadro acima apresentado. O saldo incluído nesta rubrica ascende a 167.631 EUR.

No que respeita a termos e condições de pagamento, o Prazo Médio de Pagamentos ("PMP") e o Prazo Médio de Recebimentos ("PMR") deverá ser no máximo de 90 dias, exceto em situações pontuais em que ambas as entidades definam um período diferente. Para as transações relativas ao negócio (cedências de comissões/fees inter-grupo), o prazo de vencimento vai até à data fim do período a que respeita o gasto/rendimento.

29 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

De seguida, passamos a apresentar a informação estabelecida no artigo 4.º, da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R, de 30 de Dezembro:

R
M

Política contabilística

A política contabilística adotada para reconhecimento das remunerações, relativas a contratos de seguro está associada à data de efeito dos recibos de prémio faturados. Nesse momento, é reconhecida a comissão devida para a totalidade do período de cobertura do recibo.

Natureza e Tipo Remunerações relacionadas com contratos de seguro

O tipo de remunerações auferidas pela empresa, durante o ano de 2016, detalham-se conforme mencionado na Nota 21 – Rédito. As remunerações relacionadas com contratos de seguro foram recebidas através de transferência bancária, cheque ou por encontro de contas com prestações de contas a efetuar às companhias de seguro.

Ramo e Origem Remunerações relacionadas com contratos de seguro

CE	Remunerações			
	Fundo de Pensões	Ramo Vida	Ramos não Vida	%
1001	-	8.141	586.346	4,34%
1010	-	598	66.993	0,49%
1011	-	21.655	1.549.153	11,47%
1021	-	95.620		0,70%
1025	-	6.518		0,05%
1026	-	-	83.478	0,61%
1028	-	-	262.615	1,92%
1039	-	929	-	0,01%
1056	-	-	7.889	0,06%
1085	-	-	502.172	3,67%
1086	-	-	283.019	2,07%
1096	-	89.983	-	0,66%
1097	-	-	136.239	0,99%
1098	-	54.967	-	0,40%
1102	-	-	8.933	0,07%
1117	-	-	2.628	0,02%
1129	-	-	97.658	0,71%
1131	-	-	559.487	4,09%
1132	-	8.912	-	0,07%
1133	-	-	14.947	0,11%
1145	-	-	673.633	4,92%
1146	-	-	119.397	0,87%
1151	-	837	-	0,01%
1152	-	-	31.293	0,23%

R



1157	-	-	7	0,00%
1159	-	-	14.378	0,10%
1160	-	-	413.036	3,02%
1166	-	-	44.917	0,33%
1173	-	-	189.045	1,38%
1174	-	-	2.435	0,02%
1184	-	-	394.598	2,88%
1186	-	2.685	-	0,02%
1188	-	39.797	-	0,29%
1194	-	-	916.596	6,69%
1197	-	24.266	750.582	5,66%
4041	-	-	10.444	0,08%
4109	-	-	35.971	0,26%
4168	-	-	51.670	0,38%
4198	-	-	7.500	0,05%
4248	-	-	10.376	0,08%
4252	-	-	277	0,00%
4280	-	-	11.784	0,09%
4286	-	-	20.812	0,15%
4296	-	-	65	0,00%
4322	-	-	10.890	0,08%
4434	-	-	1.948	0,01%
4473	-	-	608.047	4,44%
4548	-	-	132	0,00%
4550	-	-	65.809	0,48%
4581	-	-	5.693	0,04%
4608	-	-	19.207	0,14%
4628	-	49.139	-	0,36%
4631	-	-	3.444	0,03%
4642	-	-	45.074	0,33%
4835	-	-	4.840	0,04%
4846	-	-	9.961	0,07%
9999	4.544	20.000	4.630.406	33,99%
	<u>4.544</u>	<u>424.047</u>	<u>13.265.824</u>	

12

Níveis de concentração

No final do exercício de 2016, não foram registados níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela empresa.

Contas a receber e pagar

Esta informação encontra-se divulgada nas Notas 11 – Ativos Financeiros e 17 – Passivos Financeiros.

Atividade de mediação de seguros

Por natureza	Saldo em 31 de dezembro de 2016	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	-	1.140.488
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	6.621.752	7.235.534
Outras quantias	62.946	-
Total	6.684.698	8.376.022

Por entidade	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	6.621.752	
Empresas de seguros		8.376.022
Outros	62.946	-
Total	6.684.698	8.376.022

Imparidade de contas a receber

Para efeitos de cálculo de imparidade de saldos a receber dos tomadores de seguro, foi considerada a média de recibos anulados nos últimos três anos, ou seja, ao valor total de comissões pendentes de receber dos tomadores de seguro, em 31 de dezembro de 2016, foi aplicada a % média de recibos anulados nos três últimos anos. No final de 2016, as perdas por imparidade acumuladas ascenderam a 62.946 Euros (Nota 11).

Adicionalmente, no âmbito do nº 2 do artigo 4º da Norma Regulamentar nº15/2009-R, da ASF (anteriormente, Instituto de Seguros de Portugal), de 30 de Dezembro, a informação a prestar é a que se segue:

Empresas de Seguros com volume de remunerações igual ou superior a 5%

	2016	%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	1.570.808	11,47%
Generali - Companhia de Seguros, S.A.	916.596	6,69%
Companhia de Seguros Tranquilidade, SA	774.848	5,66%

Transações Financeiras Seguradoras / Subagentes / Tomadores de Seguro

No exercício de 2016, não foram confiados fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome (nº2, alínea b) do Artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, da ASF.

30 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a Revisão Legal das Contas anuais ascenderam a, aproximadamente, 23.651 Euros.

Rute Cruz
(Técnico Oficial de Contas)

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AON Portugal – Corretores de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 35.681.400 euros e um total de capital próprio de 22.623.851 euros, incluindo um resultado líquido de 1.467.358 euros), a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração de Resultados por Funções, a Demonstração das alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AON Portugal – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção que conforme mencionado na Nota 9 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Sociedade encontra-se dispensada de preparar demonstrações financeiras consolidadas. As participações financeiras em subsidiárias encontram-se valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria

executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

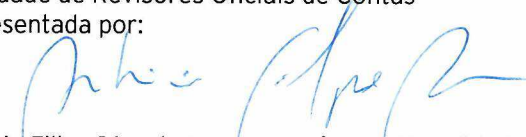
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 20 de junho de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC nº 1661
Registado na CMVM com o nº 20161271